

16/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.216 BAHIA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(S) : AGOSTINHO ALVES SOBRINHO
PACTE.(S) : PAULO ROCHA BARRA
IMPTE.(S) : MAURÍCIO VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. LITISPENDÊNCIA. INOCORRÊNCIA. AÇÕES PENAIS BASEADAS NOS MESMOS FATOS, MAS COM PEDIDOS DIVERSOS. ORDEM DENEGADA.

1. A litispendência só ocorre quando há identidade de partes, causa de pedir e pedido. No caso de duas ações penais que, com base nos mesmos fatos, narram condutas diversas, com diferente enquadramento típico, o procedimento correto é a reunião de ambas perante um único juízo, tendo em vista a conexão, tal como reconhecido no acórdão impugnado.

2. Ordem denegada.

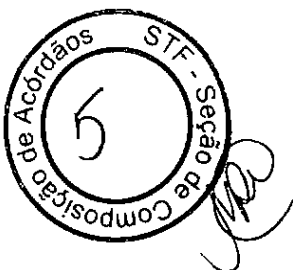
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 16 de novembro de 2010.

Ministro JOAQUIM BARBOSA
Relator

Documento assinado digitalmente



16/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.216 BAHIA

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACTE.(s)	: AGOSTINHO ALVES SOBRINHO
PACTE.(s)	: PAULO ROCHA BARRA
IMPTE.(s)	: MAURÍCIO VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **AGOSTINHO ALVES SOBRINHO e PAULO ROCHA BARRA**, contra a concessão parcial da ordem no HC 45.905 do STJ.

Os impetrantes pedem o **trancamento da ação penal de origem**, pois trataria dos mesmos fatos imputados ao paciente em outra ação penal ainda em trâmite, configurando **litispendência**.

Indeferi o pedido de liminar (fls. 91/93).

Informações às fls. 104/105 e 167/168.

Manifestação da PGR pela **denegação da ordem** (fls. 172/177).

É o relatório.

16/11/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 97.216 BAHIA

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Senhor Presidente, os impetrantes alegam a existência de **litispendência** entre duas ações penais em trâmite na Justiça Federal, uma em que os pacientes respondem, juntamente com outros cinco acusados, pela prática, em tese, de crimes contra o **sistema financeiro nacional**, e outra, oferecida inicialmente perante a justiça estadual, em que lhes foi imputada a **prática dos crimes de estelionato, apropriação indébita e formação de quadrilha**. Segundo alega, as ações envolvem os **mesmos fatos e as mesmas partes**, o que determinaria o trancamento da ação por último instaurada.

Ocorre que, ainda que se trate dos **mesmos fatos e mesmas partes**, este dado não é suficiente para caracterizar a litispendência. Seria necessário que tivessem idêntico **pedido**. Não é o caso. Na primeira ação penal, foram atribuídos aos pacientes crimes contra o sistema financeiro nacional. Na segunda, pede-se sua condenação, juntamente com outros acusados, pela prática de **crimes diversos**.

A **diversidade de enquadramento típico** dada aos fatos corresponde às **narrativas** constantes de cada uma das denúncias, razão pela qual **não há bis in idem**. Aliás, já a primeira denúncia poderia ter imputado a prática de todos os crimes anteriormente mencionados, o que só não ocorreu porque o órgão ministerial entendeu que a competência para julgá-los era do juízo estadual.

Do exposto, ausente a alegada litispendência, **não é possível o trancamento** de qualquer das ações, que, como bem decidiu o STJ, devem tramitar **perante um único juízo** - no caso, o **federal** -, tendo em vista serem os feitos **conexos**.

Denego a ordem.

É como voto.

16/11/2010**SEGUNDA TURMA****HABEAS CORPUS 97.216 BAHIA****VOTO**

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, louvando, embora a boa atuação da advogada que ocupou a tribuna, vou tecnicamente acompanhar o Ministro Joaquim Barbosa, que assenta a inexistência de litispendência. Não há *bis in idem* no caso.

.....

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 97.216

PROCED. : BAHIA

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

PACTE.(S) : AGOSTINHO ALVES SOBRINHO

PACTE.(S) : PAULO ROCHA BARRA

IMPTE.(S) : MAURÍCIO VASCONCELOS E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Indeferida a ordem, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Falou, pelos pacientes, a Dra. Fabiana Alves Mueller. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 16.11.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador